Configurações, vol. 11, 2013, pp. 7-

Introdução
A atualidade dos problemas do desenvolvimento

Paula Remoaldo, Joel Felizes e Eduardo Duque

Pretendeu-se com a publicação deste número dar uma maior visibilidade à atualidade e pertinência das questões relativas ao modo como as dinâmicas do desenvolvimento são apreendidas e geradas pelas sociedades na relação que estabelecem com os seus territórios. Num momento em que as consequências dos processos da globalização se tornam cada vez mais evidentes, também a nível local e regional ocorrem importantes mudanças no quadro das dificuldades sentidas e das áreas de intervenção dos agentes envolvidos.

Do conjunto de textos que aqui se reuniram, ressalta uma preocupação com a análise de algumas das respostas que as administrações públicas (e outras entidades) têm procurado dar a estes problemas, seja ao nível da articulação entre políticas e agentes à escala internacional, nacional, regional e local, seja no âmbito de algumas medidas concretas de planeamento e desenvolvimento. É o caso das políticas e das medidas que decorrem da necessidade de intervir a favor da melhoria do ambiente e da utilização regrada dos recursos naturais, ou das que procuram intervir no domínio do urbanismo ou do espaço rural.

Procurámos assim reunir um conjunto de artigos que, alicerçados em diferentes enfoques disciplinares, teóricos e metodológicos, proporcionem ao leitor a ampliação da sua capacidade crítica e conhecimento comparado acerca destas questões em torno das dinâmicas sociais e territoriais que têm no seu horizonte o desenvolvimento. Esta capacidade crítica é cada vez mais importante, na medida em que julgamos que um dos resultados desta publicação é o de mostrar que em muitos casos estamos perante territórios e políticas em disputa, ainda que o objetivo último do desenvolvimento seja consensual. Quanto à natureza comparativa do conhecimento que podemos aqui obter, cremos que ela resulta da pluridisciplinaridade das perspetivas que são apresentadas nos vários artigos, indo da Sociologia à Economia, passando também pela Antropologia,

configurações 11 novo.indb 7 10-01-2014 11:24:51

pela Geografia e pela Filosofia. Igualmente de destacar será o facto de nos textos haver referências a casos localizados em diferentes países, como Portugal, Espanha (Galiza) ou diferentes regiões do Brasil.

Em termos mais específicos, esta publicação também se destaca pelo facto de apresentar vários textos em que se reflete acerca do desenvolvimento de territórios onde os modos de vida ligados à ruralidade ainda têm forte presença. É o caso do texto de João Queirós, questionando as políticas de promoção da "multifuncionalidade" dos territórios rurais, onde as populações rurais se vêm remetidas a um papel secundário, pois tende a prevalecer a "dominação do espaço social rural pelo espaço social urbano". Reportando-se à região portuguesa da Beira Interior, o texto de Domingos Vaz explora as relações de interdependência entre os segmentos territoriais desta região, mostrando a importância de se constituir e reforçar uma rede regional policêntrica que, entre outros aspetos, é essencial para evitar o despovoamento rural. Com uma orientação mais crítica face aos modelos dominantes de desenvolvimento e tendo como pano de fundo o Nordeste brasileiro, o texto de Celso Franca mostra o efeito disruptivo do tecido social trazido pela modernização da fruticultura, advogando o reforço da agricultura familiar. Numa lógica similar, mas tendo como terreno o vasto território da Amazónia brasileira, o texto de Pedro Rapozo e Manuel Carlos Silva sublinha as contradições sociais implicadas nos modelos de desenvolvimento adotados nestas regiões, já que a crescente utilização das terras tradicionalmente ocupadas pelas sociedades locais, com a exploração sem controlo dos recursos naturais, a abertura de estradas e rodovias para a ligação com as grandes cidades, a sobre-exploração dos recursos pesqueiros ou a pecuária extensiva, são exemplos claros de uma sujeição à racionalização dos modelos económicos de desenvolvimento capitalista instituídos na região.

Destacamos igualmente um conjunto de três textos que, partilhando com os contributos atrás mencionados uma preocupação com os destinos de um mundo com fortes marcas de ruralidade, apontam e analisam três respostas relativamente recentes que podem servir de exemplo para situações similares. Falamos da criação de ecomuseus, em que o caso dos faxinais (Paraná) é visto por Túlio Barbosa e António Pedrosa como um espaço a criar por ser necessário para a preservação e valorização do modo de vida de uma população rural, "um espaço de memória, mas vocacionado para o desenvolvimento". Também no caso das ecoaldeias, uma rede global analisada por Cristiana Pires e Antónia Lima, nota-se essa mesma revalorização de um sentido mais comunitário de convivência, a que se soma um impulso de resistência a um modo de vida e modelo dominante, que tem no meio urbano o seu território privilegiado. Neste texto são apresentados mais em detalhe os casos de Tamera (Beja) e de Los Angeles Ecovillage. O terceiro exemplo vem ainda do Paraná (Brasil), onde Edina Schimanski, Jasmine Moreira e Paulo Moro, com base em questionários e entrevistas realizados com professores da região, sublinham a importância da

educação ambiental no processo de defesa do património natural e cultural, procurando assim uma rutura com práticas sociais que não levem em conta valores éticos e sociais relacionados com essa defesa do património da região.

Os territórios do desenvolvimento também são urbanos e nesta publicação também há lugar ao debate de algumas questões das políticas urbanas ou de problemas que afetam em especial estes espaços. Ao analisar o fenómeno da revitalização dos centros urbanos, partindo do caso de Pontevedra, Sara Torres Outón explora as modificações nos usos e na especialização territorial, bem como mais especificamente o contributo dos comerciantes para essa revitalização da cidade. Já no caso de um sector económico estratégico como o do turismo, e especificamente o do subsector da hotelaria na região Minho-Galiza, o texto de María Dolores Sánchez-Fernández, ao abordar o tema da responsabilidade social das empresas, mostra, a partir da análise estatística de um inquérito, que há variações na forma como os gestores dos hotéis nos dois países abordam as dimensões social, económica e relativa ao ambiente, da responsabilidade social dessas empresas.

Podemos considerar como de alcance mais geral as propostas de outros três artigos, que se centram em temas que implicam aspetos das dimensões simbólico-culturais, políticas e sociais do desenvolvimento. No caso da relação entre tempo cultural e desenvolvimento, analisado por Emília Araújo e Arcília Barreto, são expostos alguns dos efeitos das temporalidades globais (em especial do "tempo económico", característico do capitalismo) nos modos de vida e nas temporalidades locais, propondo as autoras que esse impacte dê lugar a "novas formas de gerir e gerar identidades locais com potencial de fixação das populações e com capacidade distintiva face às temporalidades hegemónicas e aceleradas". Na vertente mais política, o texto de Joel Felizes ensaia uma caracterização do poder local português a partir de estudos comparativos internacionais, mostrando as dificuldades que subsistem em Portugal nos casos da qualificação dos recursos humanos e da adoção da Agenda 21 Local para o desenvolvimento sustentável. Olhando o problema do desenvolvimento numa vertente mais próxima das atitudes dos cidadãos, o artigo de Eduardo Duque reflete sobre a valia e a utilização que tem sido dada ao conceito de capital social. Tendo por base os resultados do inquérito do *European Values Survey*, o autor mostra que "os portugueses não estão ainda sensibilizados para a problemática do desenvolvimento sustentável, revelando posturas muito fechadas, pouco ou nada preocupadas com a construção de uma sociedade mais ativa e comprometida com o bem comum".

Enfim, numa reflexão mais desafiante e inspirada num acervo de contributos muito diversificados (Félix Guattari, Paulo Freire, Boaventura S. Santos, Norbert Elias, Johan Galtung, entre outros), o texto de Tomás Villasante aparece como um notável exercício de associação entre uma reflexão teórica e uma proposta de passos concretos para a construção de "processos participativos",

tendo em vista um objetivo geral de "viver melhor" ou um "bom viver", que afinal é comum a muitos contextos sociais e se aplica à tentativa de resolução de diversos problemas. Começando por desmontar algumas falácias que são impostas pelos poderes vigentes, que lançam raízes na forma como as sociedades se "medem" constantemente (*e.g.,* a velocidade das tecnologias, a quantidade de capital acumulado), o autor contrapõe-lhes as múltiplas ramificações de vários movimentos sociais lutando por bens "pró-comuns" e por ecossistemas sustentáveis. Partindo da sua experiência, em especial no quadro do CIMAS (Observatorio Internacional para la Ciudadanía y el Medio Ambiente Sustentable), Villasante vai propor uma metodologia de intervenção social que parte da lógica de uma desconstrução dos próprios problemas, procurando gerar "transbordamentos reversivos", sublinhando que "há muitas formas de se romper com o estabelecido que não passam unicamente pela mudança de mãos do poder, mas sim por mudar as próprias formas do poder-dominação e do poder-fazer".

Chegados aqui, facilmente nos apercebemos da problemática que interrelaciona o modo de vida das pessoas, o território e o desenvolvimento sustentável, que não é mais do que uma reflexão sobre a afetação de recursos com fins múltiplos e, muitas vezes, desigualmente valorados na construção de uma sociedade que se desejaria mais justa e mais integrada, tendo como matriz o desenvolvimento sustentável.

O acervo de textos que aqui se dão a conhecer toma por objeto a racionalização das escolhas operadas em vários modelos sociais, o que significa que as preferências por este ou aquele modelo de desenvolvimento determinam a mutação das estruturas sociais e culturais. Deste modo, cada modelo de desenvolvimento leva em si um sem-fim de distintivos, de atitudes e motivações dos agentes envolvidos no próprio processo de desenvolvimento. Por isso, e partindo da premissa de que todo o ser humano, onde quer que se encontre, deseja aumentar os seus níveis de bem-estar, organizando-se para o efeito do modo mais adequado, e certo de que determinados modelos de desenvolvimento induzem uma rutura catastrófica e inoperante quer do território quer da estrutura social, admite-se que as sociedades modernas tenham de procurar novas formas de produzir, viver e pensar, não como quem pretende apagar a lousa dos modelos antigos por serem antigos e escrever nelas as nossas equações técnicas, mas antes pela consciência de que o território e a sociedade têm linguagens próprias que têm de ser entendidas nos seus contextos e no horizonte de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

configurações 11 novo.indb 10 10-01-2014 11:24:52